

CORREIO PAULISTANO

Divulgação/Prefeitura de SP



Acesso ao Novo Parque Dom Pedro II permaneça gratuito

PPP para fazer Parque Dom Pedro II polo de mobilidade

A Prefeitura de SP formalizou a Parceria Público-Privada (PPP) que transformará o Centro Histórico, conectando pontos importantes da capital paulista. Com investimento previsto de R\$ 717 milhões e prazo de 30 anos, o projeto foca na construção de um novo Terminal Intermodal, que substituirá as estruturas atuais do Parque Dom Pedro II e do Terminal Mercado. O novo equipamento terá conexão direta com a estação Pedro II do Metrô, com o Expresso Tiradentes e com o futuro BRT Radial Leste, além de prever integração com o Bonde São Paulo (VLE), consolidando-se como o principal hub de transporte da região. Tudo será viabilizado na modalidade de concessão administrativa, que ficará sob a gestão da SP Regula.

Atividades culturais gratuitas

A parceria garante que o acesso ao Novo Parque Dom Pedro II permaneça gratuito. O parceiro privado será responsável pela limpeza, vigilância, manejo arbóreo e promoção de atividades culturais gratuitas, podendo explorar eventos e atividades comerciais. Além das obras de mobilidade, que incluem o alargamento da Avenida do Exterior e a criação de faixas azuis para motos e ciclovias, haverá implantação de uma base da GCM.

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP



Proposta recebeu aval dos vereadores da Comissão

Comissão de Trânsito: vagas de idosos

A Comissão de Trânsito da Câmara Municipal de SP discutiu o Projeto de Lei do vereador Gabriel Abreu (PODE). A proposta recebeu aval do colegiado. O texto assegura que 5% das vagas em estacionamentos públicos ou particulares sejam destinados aos idosos. "Inclusive aqueles que servem a shows, feiras, congressos e outros eventos de grande porte, ainda que em caráter temporário". O projeto destaca que a iniciativa garante o direito de acessibilidade. De acordo com a justificativa do parlamentar, a atual norma que trata do tema não é clara.

Finanças: comércio ambulante

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara analisou o projeto que altera a legislação, que disciplina o comércio ou prestação de serviços ambulantes em SP. De iniciativa do vereador Professor Toninho Vespoli (PSOL), a proposta cria, entre outras medidas, o Conselho Municipal do Comércio de Rua como instância de participação e gestão de políticas voltadas ao comércio ambulante.

Anastácia I

A Câmara Municipal de São Paulo está com inscrições abertas para o Prêmio Anastácia de Forró 2026. A premiação tem como objetivo reconhecer agentes que promovam fomento e difusão do forró na cidade de SP e é dividida em cinco categorias: dança, música, comunicação, produção cultural e pesquisa.

Anastácia II

Cada pessoa ou entidade poderá realizar sua inscrição em, no máximo, duas categorias. As inscrições e toda documentação solicitada devem ser encaminhadas para o e-mail premioanastacia@saopaulo.sp.leg.br até o dia 13 de julho. Os vencedores receberão a Salva de Prata da Câmara Municipal.

Prefeitura e TRE I

A Prefeitura de SP e o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) criaram uma parceria para informar os paulistanos sobre as Eleições 2026. Uma edição especial do Jornal do Ônibus já está em toda a frota e terminais da capital com orientações importantes aos eleitores. Informativo circula até dia 10.

Prefeitura e TRE II

O destaque central da publicação é sobre o dia 6 de maio, data que marca o prazo final para que o cidadão realize três procedimentos essenciais: emissão do primeiro título eleitoral; transferência do local de votação; e regularização de títulos eleitorais cancelados. A edição orienta os munícipes sobre as diferentes formas de regularização.

968 apartamentos I

A Prefeitura de SP entregou 968 apartamentos nos residenciais Bauru e Lajeado, em Guaianases, na Zona Leste da capital. As unidades foram destinadas a famílias de baixa renda, muitas oriundas de áreas de risco e inscritas há anos em programas habitacionais. Os empreendimentos receberam investimentos.

968 apartamentos II

O valor investido foi de R\$ 193,4 milhões. São 704 unidades no conjunto Lajeado e 440 no Bauru. Apartamentos têm entre 40 m² e 49 m², em 11 torres de 14 andares, todas com elevadores. As unidades contam com dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro. A região dos empreendimentos tem unidades educacionais.



Comissão apura procedência de bebidas alcoólicas em SP

CPI do Metanol ouve comerciantes e familiares

Comissão apura venda de bebidas adulteradas na capital

Da Redação

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Metanol realizou, na terça-feira (31), nova rodada de depoimentos para investigar a comercialização de bebidas adulteradas na cidade de São Paulo. Entre os ouvidos estavam proprietários de estabelecimentos sob investigação e a mãe de um jovem que morreu após consumir bebida contaminada.

O caso envolve a morte de Rafael dos Anjos Martins, de 27 anos, que ingeriu gin com metanol. A mãe da vítima, Helena dos Anjos Martins da Silva, prestou depoimento e relatou a demora no contato por parte de um dos estabelecimentos investigados após o ocorrido.

Um dos depoentes foi o dono de um bar localizado na zona leste da capital, que chegou a ser interdito temporariamente após a morte de dois clientes por suspeita de intoxicação. O comerciante afirmou que adquiria bebidas de um fornecedor indicado por conhecidos e reconheceu que não recebia notas fiscais dos produtos. Segundo ele, houve falha na fiscalização dessa prática.

Questionado pelos vereadores sobre ausências em convocações anteriores, o empresário alegou problemas de saúde. Também foi cobrado sobre a reabertura do estabelecimento sem autorização formal. Ele afirmou, ainda, que houve erro de comunicação e que o local funcionou por um curto período antes de ser novamente fechado.

Outro depoente foi o respon-

sável por uma adega onde a vítima teria comprado a bebida adulterada. No local, foram apreendidas garrafas suspeitas de contaminação. O comerciante declarou que trabalha com diversos fornecedores e admitiu que, em algumas situações, adquiriu produtos sem nota fiscal.

Ele afirmou ainda que entregou documentos e registros de compras às autoridades, mas não conseguiu identificar qual fornecedor teria vendido as bebidas contaminadas.

Durante a sessão, houve divergência sobre o contato com a família da vítima. Enquanto o comerciante afirmou ter tentado se comunicar dias após o ocorrido, a mãe do jovem disse que a manifestação ocorreu apenas semanas depois, quando já estava em trâmites legais relacionados à morte do filho.

Parlamentares que integram a comissão de inquérito destacaram a necessidade de maior rigor na aquisição de produtos e responsabilização de comerciantes. Também apontaram que a ausência de controle sobre fornecedores pode representar risco à saúde pública.

Como encaminhamento, a CPI do Metanol decidiu, para os próximos trabalhos, convocar novamente um dos depoentes para novos esclarecimentos e aprovou a intimação do fornecedor citado durante a audiência. O objetivo dos vereadores da Comissão é aprofundar as investigações e identificar a origem das bebidas adulteradas.